

## **Direitos humanos, criança e o livro do professor da educação infantil**

### **Human rights, children and the child education teacher's book**

DOI:10.34117/bjdv8n8-288

Recebimento dos originais: 21/06/2022

Aceitação para publicação: 29/07/2022

#### **Janaina Bulcão de Oliveira**

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados - MS (UFGD)

Instituição: Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal de Dourados – MS

Endereço: R. Dr. Nelson Araújo, 823, Jardim Central, Dourados - MS, CEP: 79804-040

E-mail: janamiguel89@gmail.com

#### **Lorraine Martins Gerotto**

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Instituição: Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS

Endereço: R. Onocieto Severo Monteiro, 460, Vila Margarida, Campo Grande - MS,

CEP: 79023-201

E-mail: loo.gerotto@gmail.com

#### **Thaise da Silva**

Pós-Doutora pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - Mato Grosso do Sul (UFGD)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - Mato Grosso do Sul (UFGD)

Endereço: R. João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados - MS, CEP: 79825-070

E-mail: thaisasilva@ufgd.edu.br

### **RESUMO**

A presente pesquisa, esta vinculada ao grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil e Infância (GEINFAN) da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem como enfoque o direito a educação contextualizando a presença do livro Pé de brincadeira, destinado aos docentes pela primeira vez recebido nas escolas públicas e creches as quais atendem crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade na zona rural e urbana. Breve explanação sobre o processo de escolha e o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático na introdução. Justificando-se em descrever e analisar o livro enquanto artefato cultural e o processo de escolha, sua função na Instituição Escolar favorecendo a criticidade e possibilidades a que o material se destina. Destacando as brincadeiras, rodas de conversa, oralidade e escrita na construção de valores acerca dos Direitos Humanos utilizou-se de uma abordagem de análise documental com cunho qualitativo. A pesquisa sugere contribuição para com o fomento de valores de princípios como o respeito aos direitos humanos no dia-a-dia das crianças da educação infantil, primeira etapa da educação básica auxiliando o desenvolvimento da cidadania e resgate da dignidade, estabelecimento de relações entre o material de apoio às práticas docentes e os anseios da sociedade com ênfase no atendimento as especificidades das crianças da educação infantil, contudo, possibilitar

maior aprofundamento teórico sobre orientações sobre o uso do livro do professor da educação infantil para elaboração de novos conceitos sobre as atividades dispostas sempre na perspectiva da inclusão. Conclui-se que a criança é protagonista do processo de ensino-aprendizagem detentora de direitos e o professor mediador do saber utilizando não só do livro, mas, diversas outras bibliográficas e materiais de apoio como complemento de práticas pedagógicas satisfatórias e humanizadas.

**Palavras-chave:** educação infantil, direitos humanos, livro do professor.

## **ABSTRACT**

This research is linked to the group of Studies and Research in Early Childhood Education and Childhood (GEINFAN) of the Federal University of Grande Dourados. It focuses on the right to education by contextualizing the presence of the book *Pé de brincadeira*, intended for teachers for the first time received in public schools and day care centers which serve children from 0 to 5 years and 11 months of age in rural and urban areas. A brief explanation of the selection process and the PNL D - National Program of the Didactic Book - in the introduction. Justifying the description and analysis of the book as a cultural artifact and the process of choice, its function in the School Institution favoring the criticality and possibilities to which the material is intended. Highlighting the games, conversation circles, orality, and writing in the construction of values about Human Rights, a documentary analysis approach was used, with a qualitative focus. The research suggests contribution to the promotion of values of principles such as respect for human rights in the daily lives of children in early childhood education, the first stage of basic education, helping the development of citizenship and rescue of dignity, establishing relationships between the material to support teaching practices and the desires of society with emphasis on meeting the specific needs of children in early childhood education, however, enable further theoretical study on guidelines on the use of the teacher's book of early childhood education for the development of new concepts about the activities available always in the perspective of inclusion. It is concluded that the child is the protagonist of the teaching-learning process, holder of rights, and the teacher mediator of knowledge using not only the book, but also several other bibliographic and support materials as a complement to satisfactory and humanized pedagogical practices.

**Keywords:** early childhood education, human rights, teacher's book.

## **1 INTRODUÇÃO**

A presença do livro didático na educação infantil tem sido alvo de discussões e polêmicas entre os autores que estudam este campo teórico. Adotado por muitas instituições particulares que trabalham com crianças pequenas o livro didático parece estar adentrando o espaço público. No ano de 2018, pela primeira vez o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) lança edital para que os livros fossem escolhidos por professores da educação infantil. Os livros que chegaram aos docentes se destinam ao uso exclusivo dos professores e trazem orientações didáticas, que diferem dos livros que são distribuídos para o ensino fundamental e médio.

Buscando compreender a origem do livro com orientações didáticas para a educação infantil, citamos o Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017 o qual dispõe sobre o PNLD e o Material Didático. Este documento dispõe que o material de apoio às práticas pedagógicas far-se-á através de obras didáticas e literárias nas esferas federais, estaduais, municipais, distritais, instituições filantrópicas e comunitárias sem fins lucrativos conveniados ao Poder Público.

Segundo o Art. 6º do referido decreto,

O processo de aquisição de materiais didáticos ocorrerá de forma periódica e regular, de modo a atender as etapas e os segmentos de ensino seguintes:

- I - Educação infantil;
- II - Primeiro ao quinto ano do ensino fundamental;
- III - Sexto ao nono ano do ensino fundamental;
- IV - Ensino médio. (BRASIL, 2017).

As escolhas feitas pelos docentes dos livros destinados as instituições de educação infantil referem-se aos materiais que circularão nas creches e pré-escolas nos anos de 2019, 2020 e 2021. Destinado ao atendimento dos professores da modalidade anteriormente citada o livro surge como apoio às práticas já desenvolvidas dentro e fora da sala de aula.

Para que tal ação pudesse acontecer foi aberto um edital de convocação 01/2017-Coordenação-Geral dos Programas do Livro (CGPLI) para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas admitindo que as editoras atendessem ao Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017<sup>1</sup>.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático de 2019 para a educação infantil buscou atender crianças de creche e pré-escola com idades entre 0 a 3 anos e 11 meses e 4 a 5 anos e 11 meses. Para o primeiro grupo chegaram até as instituições os seguintes títulos para serem analisados pelos professores: *Cadê? Achou! Educar, cuidar e Brincar na ação pedagógica da creche* (PINTO, 2018) e *Práticas comentadas para inspirar formação do professor de educação Infantil* (ROSSET; WEBSTER; FUKUDA; ALMEIDA, 2017). Para professores que trabalham com o segundo grupo os títulos foram: *Pé de brincadeira* (CORDI, 2018) e *Aprender com a criança – experiência e conhecimento* (DEHEINZELIN; MONTEIRO; CASTANHO, 2018). Os livros são acompanhados de DVDs contendo o respectivo material digital que é composto de materiais gráficos, lúdicos e de avaliação.

---

<sup>1</sup> Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017 dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Diante disso, esta pesquisa tem por objetivo descrever e analisar o processo de escolha do livro do professor da educação infantil e sua função na Instituição Escolar favorecendo a criticidade e possibilidades a que o material se destina. Destacando as brincadeiras, rodas de conversa, oralidade e escrita na construção de valores acerca dos Direitos Humanos. Para isso será realizada uma pesquisa qualitativa de cunho documental onde o livro *Pé de brincadeira* será tomado como um artefato cultural que traz consigo os discursos, as orientações metodológicas, as concepções pedagógicas, os referenciais teórico-metodológicos entre outros aspectos contidos nos processos que orientaram sua produção.

Segundo Lücke e André (1986) a pesquisa qualitativa é um **método de investigação científica que foca no caráter subjetivo do objeto analisado**, estudando as suas particularidades. Numa pesquisa qualitativa o propósito não é contabilizar quantidade como resultado, mas sim, conseguir compreender determinado fenômeno. Um dos procedimentos técnicos da pesquisa qualitativa é a pesquisa documental. Esta técnica de pesquisa consiste na análise de documentos que ainda não receberam um trato científico.

Nela qualquer documento com conteúdo informacional útil para a pesquisa pode ser usado, como jornais, revistas, catálogos, fotografias, livros didáticos, manual do professor, etc. Este artigo, além da introdução, se organizará em livro didático enquanto artefato cultural, o livro *Pé de brincadeira*, análise da educação e direitos humanos, direito a oralidade e escrita e por fim, considerações finais e referências.

## **2 O LIVRO DO DIDÁTICO ENQUANTO ARTEFATO CULTURAL**

Historicamente o acesso à cultura da leitura e ao livro sempre teve um público privilegiado e elitizado no Brasil, como alternativa para reverter esse quadro de desigualdade o governo projeta ações como o investimento em políticas públicas para o acesso à cultura e ao livro. A criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1930, trouxe uma maior nitidez e investimentos a pauta de educação, cultura e leitura, através do MEC temos a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano 1985, garantindo o acesso de todos os estudantes do ensino fundamental ao livro didático, assim como, atribuindo aos professores o poder de escolha do livro didático usado em sala de aula (SOUZA, 2015). Este processo de universalização do acesso e de escolha do livro foi gradual. Aparentemente, nos dias de hoje, este impresso escolar chega

a todas as escolas públicas do Brasil atendendo ao ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos e, agora, aos professores da educação infantil.

De acordo com Silva (2018), apesar do livro escolar ser um artefato cultural, seu caráter instrumental o colocou durante algumas décadas em segundo plano como objeto de pesquisa, ganhando espaço na historiografia educacional somente na década de 1990. A utilização do livro como fonte de pesquisa pertence em sua maioria à área da história da educação, apesar, do livro escolar ser um conveniente objeto de pesquisa na área da alfabetização e de todo o currículo.

Diante o exposto, é possível perceber a fragilidade do campo de pesquisa envolvendo o livro escolar e o quanto é imprescindível a expansão da pesquisa dentro desta temática, que abrange inúmeras especificidades, tal como sua produção, circulação e consumo.

## 2.1 O LIVRO PÉ DE BRINCADEIRA

Durante anos a educação infantil era vista apenas como caráter assistencialista onde o cuidar era fator predominante da época. Com o passar dos anos e o fortalecimento da legislação ocorreram mudanças significativas, o educar e o brincar trouxeram novas possibilidades de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista que as brincadeiras, roda de conversa e propostas que envolvam oralidade e escrita são possíveis e auxiliam no desenvolvimento da criança no âmbito escolar a educação infantil permeou pela garantia de direitos e a criança começou a ser respeitada e melhor amparada como verdadeira protagonista do ensino e o professor assumiu o papel de mediador de práticas pedagógicas.

*Livro do Professor da Educação Infantil Pé de brincadeira* é produzido pela Editora Positivo e de autoria de Angela Cordi<sup>2</sup>. Este apresenta uma capa colorida com as ilustrações de vários pezinhos carimbados<sup>3</sup> em uma folha de papel que formam uma árvore tendo como frutos/flores brinquedos e livros. O livro organiza-se em 6 seções: 1. Brotando ideias; 2. Ideias práticas; 3. Percursos didáticos e atividades permanentes; 4.

---

<sup>2</sup> Mestre em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Portugal (2010); tem especialização em Psicopedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1998). Foi professora de Ensino Fundamental e Educação Infantil, coordenadora pedagógica, assessoria de conhecimento de Educação Infantil, atuando na formação de professores das redes pública e particular de todo o Brasil, professora de Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento e de Tecnologias Educacionais. É autora de livros didáticos para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

<sup>3</sup> A atividade que envolve o carimbo de mãos e pés das crianças e a partir deles formar novos desenhos é bem comum na educação infantil.

Percursos didáticos grandes temas; 6. Referências e 7. Leituras complementares, ressaltando o papel do professor, a importância da família durante este processo de aprendizagem, valorização dos ambientes, tipos de brincadeiras, atividades e práticas de leitura. Os “conteúdos” são dispostos por idade. Estes são denominados de *Percursos didáticos* com 10 temas em sua totalidade, dentre eles estão: diversidade cultural, educação alimentar, preservação do meio ambiente, saúde, entre outros.

As ilustrações apresentadas no livro são de desenhos relativos à infância, fotos de crianças, animais, brinquedos. O material também apresenta como fonte de dados tabelas, gráficos, letras de músicas, sugestões de brincadeiras, dentre outras, na perspectiva de completar o conteúdo abordado no texto.

Com relação aos aspectos gráficos, Silva (1985) pondera que:

As fotos ou ilustrações que completam ou por si só representam o arranjo visual gráfico de uma página impressa deverão ser utilizadas de forma eficiente pelo diagramador que se encarregará de projetá-las dentro das dimensões exatas dos espaços determinados da página. Além de embelezarem plasticamente, muitas vezes, devido às suas características imagéticas, carregam toda a carga emocional e informativa de uma ação ou de um fato qualquer, dispensando outro tipo de informação complementar, seja ele através de um texto, título ou legenda. (Silva, 1985, p.120).

Sendo assim os aspectos gráficos propiciam que o leitor se familiarize com o assunto, permitindo que novos tipos de conhecimentos sejam produzidos. As informações gráficas possibilitam que múltiplas leituras sejam realizadas ampliando o entendimento e chamando atenção para a intenção do autor ao produzir o texto.

Ao longo do texto produzido pela autora explora-se o conceito de infância, as relações entre família e escola, o ser professor de educação infantil, a importância de se criar ambientes de aprendizagem, de práticas pautadas nos campos de experiência e a transição para o ensino fundamental. Os discursos presentes nos livros escolares, neste caso no livro do professor, para Silva (2007);

[...] influenciam a forma de abordagem pedagógica dos diferentes conteúdos da língua escrita, em contextualizações sucessivas, relacionadas à forma como a escola se apropria desses discursos, até chegar ao processo de contextualização realizado pelos professores em sala de aula. (SILVA, 2007, p. 156)

Segundo a autora do livro *Pé de brincadeira* sua proposta teórico-metodológica se ampara em uma concepção lúdica, voltada para que a criança obtenha autonomia suficiente para produzir seu conhecimento acerca de diferentes temas. Chama a atenção,

na escrita da autora, a evidência dada aos dispositivos legais, constantemente citados, documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 2006), os decretos e leis que regulamentam a educação infantil, a Constituição Federal (CF, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB, 1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017).

### 3 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, diante as barbáries cometidas durante a primeira e segunda guerra mundial. Voltando-se para um panorama histórico, o primeiro vestígio de documentos que se assemelham a uma declaração dos direitos humanos é o Cilindro de Ciro, escrito por Ciro, o grande, por volta de 539 a.C. Caminhando um pouco mais na história temos a Revolução Francesa que depôs a monarquia absolutista e estabeleceu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão inspirada pelos ventos ideológicos da Revolução Americana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, contempla trinta direitos básicos dos seres humanos, incluindo até o mais simples de todos, o direito à vida. Mesmo em uma sociedade altamente globalizada com culturas sendo destacadas, apagadas e misturadas, podemos nos esquecer que até o mais simples dos direitos, a vida e a liberdade, é negada em alguns pontos do globo.

Nesse texto estaremos destacando o Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

Escolhermos esse artigo por se tratar do direito a educação, que também está previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo a educação um direito de todos e dever do Estado, conforme artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, esse direito a instrução afirmado em 1948 pela DUDH, reafirmado em 1988 através da Constituição Federal somente foi efetivado a toda população, não somente a elite, a partir de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Um dos avanços mais importantes na educação brasileira, a lei nº 9.394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), evidencia o papel do Estado na educação. Em seu art. 4º inciso VIII a LDB discorre sobre o material didático. Segundo o documento estes materiais devem atender “ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1996).

Mesmo no século XXI, a escola ainda é um dos principais centros de propagação da “cultura”, e para tal, conta com o livro escolar para a divulgação desse saber. De acordo com Silva (2018, p. 20) “os livros escolares trazem consigo a história e os discursos que marcaram cada fase por que passou o ensino em nosso país, sendo artefatos importantes para o desenvolvimento de pesquisas”. Os livros escolares como materiais distribuídos pelo Estado refletem o que o país vive naquele momento histórico, da mesma maneira que reflete os comportamentos e cultura da época de sua elaboração.

As atividades proposta em nosso objeto de estudo se relacionam mais com a convivência social das crianças como um grupo em sala de aula, a autora Angela Cordi segure atividades como as rodas de conversa, que são um momento propicio para o professor conhecer os alunos e a história de vida que elas trazem consigo. Esse momento também é adequado para os alunos conhecerem seus direitos humanos, por meio de uma conversa informal é possível, aos poucos, conscientizar as crianças e formar seres humanos críticos e cidadãos ativos na sociedade.



### 3.1 Roda de conversa

A criança já chega à pré-escola munida de habilidades para conversar: falar e ser compreendida, ouvir e compreender. Mas suas experiências, na maioria das vezes, estão centradas no diálogo em dupla – entre ela e um familiar, por exemplo. Conversar em grupo é uma grande novidade e requer aprendizado. Para que, aos poucos, as crianças dominem as habilidades inerentes às conversas coletivas, são necessárias muitas e variadas experiências.

Ao planejar e organizar as rodas de conversa, as intenções devem estar bem claras; por isso você, professor, precisa refletir sobre seu papel e o papel das crianças nessas situações, abordando assuntos de interesse do grupo e selecionando materiais envolventes, que enriqueçam a troca de ideias.

Quando colocar a proposta em prática, é fundamental assumir seu papel de mediador, o que inclui escutar as crianças e olhar verdadeiramente para elas, bem como estar atento aos seus modos peculiares de expressão e comunicação. Lembre-se: nem só de palavras se constrói um diálogo!

Quando são desafiadas a conversar em grupo, as crianças exercitam o direito de se manifestar, o dever de ouvir e têm oportunidade de perceber a singularidade de cada uma.

Veja a seguir algumas dicas para práticas de rodas de conversa.



- Seja um modelo para as crianças: mostre que você sabe ouvir.

- Esteja atento a todos que se pronunciam. Isso significa que os olhares precisam se encontrar – gesto que demonstra respeito por quem está falando e interesse pelo que está sendo dito.

- Valorize a fala de todas as crianças. Responda àquilo que perguntarem, dê andamento às solicitações, acate sugestões.

- Provoque o confronto de ideias e se mantenha firme e presente como mediador que é, encaminhando a situação e evitando desgastes ou tensões desnecessárias entre as crianças.

#### Sugestões para enriquecer as rodas de conversa:

- Fichas com imagens instigantes.
- Caixa com elementos relacionados aos contos clássicos.
- Apresentação de situações-problema hipotéticas.
- Reproduções de obras de arte.
- Fotografias das crianças com os familiares.
- Convidado especial (especialista em assunto de interesse do grupo).
- Panfleto de campanhas, como de combate à dengue.
- Sacola com objetos diversos para serem descritos.
- Itens ou objetos selecionados pelas próprias crianças.
- Abordagem e retomada das propostas realizadas na última semana.



Fonte: Cordi, 2018

No item 3.1 “roda de conversa”, Cordi esclarece que a criança já vem munida de um repertório para o diálogo e conversa, mas o faz em pares na maioria das vezes, cabe ao professor organizar as rodas de conversa com assuntos que envolvam todas as crianças

estimulando a troca de ideias. Cordi apresenta também dicas práticas que auxiliam o professor em sua postura de mediador da conversa e sugestões que enriquecem esses momentos de diálogo aberto com os alunos.

#### **4 DIREITO A ORALIDADE E ESCRITA**

A Garantia de acesso à educação de qualidade para as crianças esta disposta na Constituição Federal de 1988, colocando a oferta a cargo do Estado. As crianças estão imersas a diferentes culturas em seu contexto social podendo manifestar diversos tipos de linguagem. Dessa forma agregamos a linguagem ao meio social e assim a educação infantil contribui para possibilitar maior interação entre as crianças e adultos propiciando e estimulando formas e ações de expressão oral ou escrita.

Para Soares (2010 p.21) “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”. A autora propõe que o processo de letramento vá além de somente ensinar a criança à oralidade e escrita, preparando para o convívio em sociedade e com o engajamento do professor a criança assimilará valores para toda a vida.

O ensino da oralidade e escrita torna a metodologia do professor escrava de um processo governamental que a todo o momento cobra resultados de alfabetização sem mensurar as fases de desenvolvimento que cada criança tem, impossibilitando que isso ocorra de forma natural conforme atinja maturidade e demonstre interesses. Torna-se contestável a alfabetização na educação infantil, vários teóricos da área discutem esse tema e conforme Ferreiro (1985) não há uma idade específica para ensinar uma criança aprender a ler ou escrever.

Todavia, não podemos negar que a criança tenha contato com a escrita e práticas de leitura por ser parte do processo de ensino aprendizagem e neste ponto o lúdico assume papel fundamental, sendo a brincadeira uma das maiores maneiras de envolver a criança no desenvolvimento de atividades incentivando saberes e suscitando conhecimento.

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao iniciarmos a escrita desta pesquisa tínhamos como objetivo descrever e analisar o processo de escolha do livro do professor da educação infantil e sua função na Instituição Escolar favorecendo a criticidade e possibilidades a que o material se destina. Destacando as brincadeiras, rodas de conversa, oralidade e escrita na construção de

valores acerca dos Direitos Humanos sendo abordado no livro do professor da educação infantil *Pé de brincadeira*.

A partir das análises e leituras com fundamentação teórica percebeu-se que a garantia de direito ao acesso a educação para crianças mesmo que assegurada por leis, ainda escasseia de investimento e estudos, são inúmeras demandas anualmente e muitos municípios não conseguem atender as demandas de crianças em idade escolar que precisam estar matriculadas.

Neste sentido as políticas públicas vêm atuando de modo que o acesso ao ensino e ambientes de aprendizagens sejam de qualidade com foco no objetivo de fomentar valores e princípios como o respeito aos direitos humanos no dia-a-dia da educação infantil.

Torna-se indispensável e importantíssima à função do professor da educação infantil realizando a mediação dos saberes sistematizados ajudando a criança a desenvolver o diálogo durante sua aprendizagem na perspectiva de suscitar que se torne um indivíduo criativo, conhecedor de seus direitos e também deveres em sociedade.

Conclui-se que a presença do livro do professor como suporte e auxílio à prática docente vem de encontro com a essencialidade de interligar e agregar sugestões onde os valores e a diversidade possam caminhar juntos sem menosprezar conhecimentos empíricos que as crianças já trazem para a instituição escolar com punho substancial de ter a criança como protagonista do seu próprio processo de ensino aprendizagem, motivando a busca por conhecimentos científicos e sociais.

## REFERÊNCIAS

**A Declaração Universal dos Direitos Humanos.**  
<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/> Acesso em 27/07/2019

BRASIL, **Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017.**  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm) Acesso em 23/06/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil.** Brasília. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **LDB Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017.**  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm) Acesso em 22/04/2019.

CORDI, A. **Pé de brincadeira.** Curitiba: Ed. Positivo, 2018.

DEHEINZELIN, M. et al. **Aprender com a criança. Experiência e conhecimento.** Belo Horizonte. Ed. Autêntica. 2018.

FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização.* São Paulo: Cortez. 1985.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

PINTO, A. **Cadê? Achou! Educar, cuidar e Brincar na ação pedagógica da creche.** Curitiba. Ed. Positivo. 2018.

ROSSET; J. M et al . **Práticas comentadas para inspirar.** Formação do professor de educação infantil. São Paulo. Ed. Brasil. 2017.

SILVA, T. da. **A produção e a circulação dos livros didáticos destinados à alfabetização em escolas públicas de Dourados (1945-1964):** efervescência ou continuidade? 2018. Relatório Final de Estágio de Pós-Doutoramento. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba.

SILVA, R. S. **Diagramação** – o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo. Summus, 1985. Coleção novas buscas em comunicação, volume 7.

SILVA. Thaise da. **O “discurso renovador da leitura” e a produção de práticas domésticas de leitura na interação com práticas escolares.** 2007. Dissertação – Mestrado em educação. Programa de pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SOARES. Magda **Letramento: um tema em três gêneros.** 4ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. P.21.2

SOUZA, I. V. de. **Políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil:** acervos para os anos iniciais do ensino fundamental. 2015. Dissertação – Mestrado em educação. Programa de pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.